

Que sentido terá a arte produzida pouco antes da pandemia?

Tatiana Salem Levy

Valor Econômico, 9.4.2020.

Que sentido terão os livros, os filmes, qualquer obra de arte produzida pouco antes da epidemia e levada ao público quando a vida voltar ao normal?

Se não fosse o coronavírus, eu lançaria um romance no próximo mês de maio. Como todos nós, cada um à sua maneira, fui pega de surpresa, tive que adiar os planos e relativizar os problemas. A vida, de repente, foi suspensa. Para muitos, isso significa a perda do emprego, a falta de dinheiro para comprar comida ou pagar o aluguel. Sem falar nos que estão morrendo sozinhos no hospital, sem poderem se despedir da família e dos amigos.

No meio do pânico que se instaurou, me pus a questionar: que sentido terão os livros, os filmes, qualquer obra de arte produzida pouco antes da epidemia e levada ao público quando a vida voltar ao normal? Ou ainda: fará algum sentido? Por ora, só pensamos no coronavírus, só falamos do coronavírus. O medo, esse maldito, toma conta de nossos corpos, nossas casas, resumindo a existência a um instinto primitivo, o da sobrevivência. Só queremos passar por isso e continuar vivos. Mesmo que o mundo acabe, e ele está acabando, queremos ser testemunhas do seu fim e sobreviver a ele.

Fico tentando imaginar se, no pós-apocalipse, vamos rapidamente esquecer o que aconteceu e voltar para o ponto em que nos encontrávamos antes, ou se nunca mais seremos os mesmos. Ainda vamos querer falar sobre o vírus? Repensar os modos de vida, a economia, a importância de um Estado de confiança, ou, finda a guerra, retomaremos nossa vida onde ela estava?

No romance “A Peste” (Record, trad. Valerie Rumjanek), de Albert Camus, quando se aproxima o fim da epidemia que tomou conta de Orã, na Argélia, os personagens Tarrou e Cottard se questionam sobre o que acontecerá em seguida. “O que chama de retorno a uma vida normal?”, questiona Cottard. “Novos filmes no cinema”, responde Tarrou, com ironia. Mas Cottard busca uma explicação subjetiva; ele quer saber se podia pensar que a peste não mudaria nada na cidade e que a vida recomeçaria como se nada tivesse acontecido. Então, Tarrou revela acreditar que “a peste mudaria e não mudaria a cidade; que, na verdade, o mais forte desejo dos nossos concidadãos era e seria agir como se nada tivesse mudado e que, portanto, nada, em certo sentido, seria mudado, mas que, em outro sentido, não se pode esquecer tudo, mesmo com toda a força de vontade, e a peste deixaria vestígios, pelo menos nos corações.”

Sou cética em relação a uma mudança drástica no sistema capitalista logo depois da peste. Acho que as bolsas e o petróleo vão voltar a subir, o mercado vai esquecer que o mundo está acabando e deixar de se importar com ele. Além disso, coletivamente, os brasileiros têm, de fato, uma forte tendência ao esquecimento. Esquecemos a escravidão, mesmo suas consequências sendo visíveis e estruturais até hoje.

Esquecemos a ditadura militar, ocorrida há poucas décadas, que torturou e matou milhares de pessoas. Mas posso estar enganada - oxalá esteja - e deixo as previsões para quem entende do assunto. Como escritora, sou feito Cottard, interessam-me as respostas mais subjetivas, as pequenas mudanças, os vestígios no coração.

Fico me perguntando o que acontecerá com as histórias de amor que estavam começando ou estavam prestes a começar e foram abruptamente interrompidas pelo isolamento exigido pelo vírus. O que acontecerá com as pessoas que tiveram que largar um projeto de trabalho no meio? Que mudanças ocorrerão na subjetividade de quem não puder estar ao lado dos pais quando eles partirem, nem cumprir os rituais de despedida que tornam a morte mais palpável e suportável? E na subjetividade dos nossos velhos que, de repente, tiveram que se trancar em casa, privados dos filhos, dos netos, da caminhada matinal?

Essas perguntas estão lá, no romance de Camus, que, junto com “Ensaio sobre a Cegueira”, de Saramago, tem sido lido e relido nos dias que correm. Em 1947, ano de sua publicação, foi interpretado como metáfora dos horrores da Segunda Guerra. Hoje, só nos faz pensar no coronavírus. A humanidade já viveu muitas epidemias, já se viu obrigada a se fechar muitas vezes em casa, mas, talvez pelo avanço da ciência, ou pelo tal esquecimento coletivo, nenhum de nós imaginava ter que parar a vida a esse ponto e sabe-se lá por quanto tempo.

No romance, a cidade argelina de Orã é tomada pela peste bubônica, pouco depois de o médico Rieux tropeçar num rato morto, o primeiro sinal da tragédia que se alastra pela cidade. E de uma cidade que se apresenta, desde o início, como um péssimo lugar para os doentes: “Em Orã, os excessos do clima, a importância dos negócios, a insignificância do cenário, a rapidez do crepúsculo e a qualidade dos prazeres, tudo exige boa saúde. Lá o doente fica muito só.” Mas é lá mesmo que a peste vai exigir que todos se tranquem, se afastem, se separem. A cidade se fecha, ninguém mais entra; ninguém mais sai, seja cidadão ou estrangeiro.

A morte do porteiro, no início da narrativa, é o marco entre o fim de um período cheio de sinais desconcertantes e o início de um outro, em que a surpresa se transforma em pânico. Mas ainda há pessoas que continuam a agir como se nada fosse: “Como poderiam ter pensado na peste que suprime o futuro, os deslocamentos e as discussões?” Antes de os números deixarem claro o poder da peste - milhares de ratos são encontrados mortos, cidadãos desaparecem em ritmo exponencial -, há quem deboche nas ruas. Afinal, “os flagelos são uma coisa comum, mas é difícil acreditar neles quando se abatem sobre nós. Houve no mundo igual número de pestes e de guerras. E contudo as pestes, como as guerras, encontram sempre as pessoas igualmente desprevenidas.”

Por isso mesmo, em momentos como esse, é preciso que o governo atue junto com a ciência. No romance, o prefeito da cidade se reúne com o médico Rieux, que não hesita: “Digamos apenas que não devemos agir como se metade da cidade não corresse o risco de morrer, porque senão ela morrerá de fato.” Governo e ciência juntos, resta uma esperança. Decretos renovam a proibição de sair, lojas e restaurantes fecham suas portas. Quem ainda circulava tranca a porta de casa e baixa as persianas.

A primeira coisa que a peste traz para os habitantes é o exílio. Os trens não chegam nem partem. O afastamento estava destinado a durar e os cidadãos de Orã teriam que se entender com o tempo: “A partir de então, reintegrávamo-nos, afinal, à nossa condição de prisioneiros, estávamos reduzidos ao nosso passado.” E assim experimentavam o sofrimento de todos os exilados: “viver com uma memória que não serve para nada.”

Os sentimentos individuais, como o da separação, vão se tornando os sentimentos de todo um povo. Uma das consequências do fechamento das portas é a súbita separação em que são colocadas pessoas que não estavam preparadas para isso. “Mães e filhos, esposos, amantes que tinham julgado proceder, alguns dias antes, a uma separação temporária, (...) viram-se, de repente, irremediavelmente afastados, impedidos de se

encontrarem ou de se comunicarem.” A peste se torna, então, um problema comum a toda a população de Orã. Um pouco como nos sentimos agora, numa escala global.

De todas as experiências subjetivas impostas pela epidemia, a que mais me assusta são as mortes impessoais. Nos próximos meses, ou ano, ou até mais, não poderemos enterrar nossos mortos como deve ser, sejam eles vítimas do coronavírus ou de outra doença qualquer. Não poderemos realizar o ritual da despedida, como se de repente milhares de pessoas tivessem caído de um avião em pleno oceano. Isso é comum a todas as pestes: a velocidade com que leva os nossos, tornando cada morte apenas mais um número. Depois de observar que umas três dezenas de pestes tinham feito perto de cem milhões de mortos, o narrador do romance afirma: “visto que um homem morto só tem significado se o vemos morrer, cem milhões de cadáveres semeados ao longo da história esfumaçam-se na imaginação.”

E aí vem uma outra pergunta: como a literatura vai dar conta dessas experiências? Para onde ela seguirá depois da peste? Que sentido vão ganhar os livros já escritos e que sentido teremos que inventar nos livros por vir?

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente
E-mail: tatianalevy@gmail.com